

DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TRABALHO: UM ESTUDO NA MICRORREGIÃO DE ITAJUBÁ-MG

Stefano Maximo Lopes; Denise Pereira de Alcantara Ferraz; Juliani Flávia de Oliveira;
Vivian Martins Ribeiro.

*Universidade Federal de Itajubá-MG. stefano@unifei.edu.br; deferraz@unifei.edu.br;
juliani_flavia@hotmail.com; vivih.marthins@hotmail.com*

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO: O presente projeto é resultado das discussões realizados no grupo de Estudos sobre Tecnologias, Educação e Diversidade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG - DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), e inclui-se na linha de pesquisa “Desenvolvimento e Tecnologias”, a qual toma por tecnologia todo o conhecimento advindo de processos científicos, materializando-se em ferramentas, processos, metodologias, materiais e produtos criados e utilizados a partir de tal conhecimento. Foi pensado a partir da necessidade de realizar investigações em realidades locais e regionais, a fim de possibilitar mudanças a partir desse contexto. O tema aqui a ser pesquisado, relacionado à inclusão das Pessoas com Deficiência (PCDs) no mercado de trabalho, tem como campo de pesquisa a microrregião de Itajubá-MG, que agrega 13 municípios e localiza-se estrategicamente próxima a grandes centros, como o Rio de Janeiro, a capital de São Paulo. A região é conhecida como polo industrial, sediando diversas empresas difusoras de tecnologias, e empregam parte considerável da população local. No entanto, o acesso a esses postos de trabalho ainda é restrito, o que gera conflitos socioeconômicos. Dessa forma, surge a necessidade de se verificar e entender tais conflitos, as disparidades resultantes e os problemas envolvidos, dentre os quais encontra-se a incapacidade do setor empresarial de atender à crescente demanda por trabalho das PCDs. Daí emerge também a importância de analisar como se dá a formação da mão-de-obra, buscando entender de que forma a proposta educacional inclusiva colabora na efetivação do acesso ao trabalho. Assim, entende-se aqui a educação inclusiva como uma possibilidade para a consecução e efetivação do direito ao trabalho digno. Sabe-se, ainda, que as condições dignas de trabalho são tidas pela legislação pátria como um direito fundamental, por força inclusive da Constituição Federal, a qual estabelece em seu artigo 7º - entre outros – os parâmetros mínimos assegurados às pessoas no ambiente de trabalho. Assim, a educação inclusiva é uma forma de assegurar o exercício pleno e equitativo de direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, dentre os quais se inclui o trabalho. O objetivo, dessa forma, é compreender as condições de acesso e permanência das Pessoas com Deficiência (PCD) em cargos da iniciativa privada, com base na legislação pertinente, cuja efetividade e resultados serão analisados a partir da percepção de atores sociais envolvidos com essa problemática na região ora recortada. Para tanto, busca-se: estudar as conceituações teórica, acadêmica e jurídica acerca da Pessoa com Deficiência; expor um panorama das lutas sociais da Pessoa com Deficiência na conquista de direitos, verificando de que forma a Legislação Internacional e, principalmente, a Nacional acompanhou esses entraves, culminando na análise da Lei 13.146 de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), principalmente no que tange os mecanismos de inclusão nela estabelecidos; e, por fim, estabelecer a relação entre a formação

educacional e os postos de trabalho ocupados pelas PCDs. **METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Como estratégia para o estudo, será feita uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, permitindo descrever e interpretar a complexidade dos casos concretos (MARTINS e THEÓPHILO, 2007). A ideia é a de analisar a percepção do tema de acordo com representantes do setor empresarial, do setor fiscalizatório da legislação, bem como as próprias PCDs, por meio da aplicação e condução de entrevistas semiestruturadas. Por meio das entrevistas e da coleta de dados, tenta-se entender como a qualificação e formação dos trabalhadores influem na sua contratação e sua permanência nos postos de trabalho. Já foi realizada a entrevista com o representante do Ministério Público do Trabalho, a qual permitiu verificar que a fiscalização das empresas para o cumprimento da contratação mínima de PCDs tem acontecido de maneira eletrônica, por meio de uma plataforma na qual os próprios funcionários do RH das respectivas empresas inserem os dados pertinentes. Dessa forma, o que tem se visto são empresas mascarando tais informações. É válido ressaltar que, para abordar de maneira sistemática e consistente o estudo, propicia a utilização da técnica de análise de conteúdo, que é adequada para fins de pesquisas exploratórias (MARTINS e THEÓPHILO, 2007), tomando-se como referência o modelo proposto por Bardin (1977, apud MARTINS e THEÓPHILO, 2007), que consiste em três etapas: pré-análise, caracterizada pela construção do referencial teórico e da estrutura de análise; exploração do material, que envolve a coleta de dados; tratamento e interpretação dos dados, abrangendo a análise e a discussão dos resultados à luz da teoria. Quanto à revisão bibliográfica, percebeu-se que a promoção do acesso das PCD ao trabalho é feita sobre alguns fundamentos básicos, tais como: legislação, educação, transporte e informação. No quesito da Legislação, vê-se que o Brasil conta com um aparato bastante evoluído, havendo, por exemplo, obrigatoriedade de vagas para as PCD nas empresas. No entanto, o que se nota é uma baixa qualidade no processo de inclusão, já que as empresas ainda consideram esta contratação como um custo e não como um investimento. Nesse sentido, de acordo com uma pesquisa realizada pela fundação *iSocial*, um dos principais fatores apontados como preponderantes aos baixos índices de contratação das PCDs é a suposta falta de qualificação profissional desse grupo em comparação aos demais trabalhadores (HABER; SCHWARZ, 2009). Tenciona-se, então, verificar a influência da educação inclusiva nesses resultados: se ela tem colaborado, ou não, no acesso e permanência dos trabalhadores com deficiência nas empresas. Como exercício de reflexão teórica, foi feita a busca de outras pesquisas relacionadas a essa temática, de forma a compor seu estado da arte. A procura e o acesso a essas obras se deram por intermédio de ferramenta online “Portal de periódicos CAPES”, com a inserção de palavras-chave como “Lei Brasileira de Inclusão”, “Mercado de Trabalho”, “Pessoas com Deficiência” no mecanismo de busca disponibilizado pela plataforma. Aqui, cumpre destacar que a LBI trouxe diversos dispositivos que vêm reforçar, no ordenamento jurídico, a necessidade de expandir o processo de inclusão do grupo das PCDs. Para tanto – tendo em vista que a legislação não consegue sozinha alterar o comportamento social –, são necessárias políticas públicas, já previstas no próprio Estatuto, de forma a estimular e acompanhar tal processo (SILVA; LEITÃO; DIAS, 2016). Nesse sentido, os autores acima referenciados, por meio de números obtidos em sistemas de estatística, buscaram analisar – no artigo O caminho da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: onde estamos?, publicado em uma revista proeminentemente da área do Direito, “Opinião Jurídica” – o grau de sucesso dessas políticas, verificando onde elas apresentam falhas e sugerindo mudanças. A proposta do artigo, no geral, tem estreita relação com a discussão que se pretende fazer no trabalho de dissertação. A divergência, entretanto, ocorre porque o artigo não se debruça sobre as lutas sociais enfrentadas pelos atores envolvidos, nem sobre as

implicações daí decorrentes. Outros estudos que também apresentam proximidade com o projeto de pesquisa são as obras de CAMPOS; VASCONCELLOS; KRUGLIANSKAS (2013) e de RIBEIRO; CARNEIRO, (2009), uma vez que lidam diretamente com a relação entre a empresa privada e a PCD, a partir de uma postura crítica da noção mercadológica de inclusão. Além disso, ambos refletem sobre as normas jurídicas e sobre de que forma elas influenciam na contratação/manutenção da PCD no trabalho. A principal diferença – além de nenhum dos dois artigos abordar a LBI – reside no fato de que, em ambos, a empresa é quase o único campo de estudo, já que nenhum se debruça sobre os processos de constituição legislativos e/ou das políticas públicas pertinentes. Por fim, há de se ressaltar que a interdisciplinaridade não é mencionada como característica teórico-metodológica de nenhum dos textos citados. Isso se diferencia do presente projeto, o qual busca manter o caráter interdisciplinar como um norte das investigações, de forma a buscar a inteligibilidade do tema, que deve ser visto sob a perspectiva de suas complexidades. **CONCLUSÕES:** Percebe-se um crescimento dos debates que buscam lançar novos olhares sobre a questão da deficiência – especialmente no que diz respeito ao acesso aos postos de trabalho da iniciativa privada. No entanto, na microrregião proposta ao estudo, não foram encontradas pesquisas orientadas a essa discussão. Dessa forma, partindo da necessidade de investigação do local, e da atualidade do tema relatado, a discussão que se faz parte da noção de que, mesmo havendo a proteção legal e teórica às PCDs, ainda há muito que se avançar para que a prática alcance o discurso. Da entrevista realizada, apreendeu-se que as empresas seguem muito preocupadas com os aspectos quantitativos da contratação, buscando o simples cumprimento da Legislação, como forma de afastar as eventuais punições cabíveis. Há de ser dito, por fim, que apesar do que já foi observado, a ideia é de verificar ainda as percepções dos demais atores envolvidos nessa problemática, de forma a assimilar os variados aspectos de sua complexidade.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, José Guilherme Ferraz; VASCONCELLOS, Eduardo Pinheiro Gondim; KRUGLIANSKAS, Gil. **Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira.** In *Revista de Administração (São Paulo)*. (ISSN 0080-2107), Vol. 48, pp. 560-573. Universidade de São Paulo: São Paulo-SP, 2013.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; SADALA, Maria da Glória Schwab; VERÍSSIMO, Luiz José; COSTA, Marcelo Henrique; JESUS, Claudia Tadeá. **Desafios da interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e prática profissional** In *Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves (orgs.). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

DE MELLO, Anahi Guedes; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Occupying disability studies in Brazil.** In *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. BLOCK P., KASNITZ D., NISHIDA A., POLLARD N. (orgs.). Holanda. Editora Springer Netherlands, 2016, pp 279-293.

DE MELLO, Anahi Guedes; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Não é o corpo que descapacita, mas sim a sociedade:** a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE,

Fátima Gonçalves. (Org.). Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 91-117.

DOTA, Fernanda Piovesan. **Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho: avaliação de um programa de capacitação profissional.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

HABER, Jaques; SCHWARZ, Andrea. **Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência.** São Paulo: i.Social, 2009. 270p.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. **A Inclusão Indesejada: As Empresas Brasileiras Face à Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.** In *Organizações & Sociedade* (ISSN: 1413-585X), Vol. 16, pp. 545-564. UFBA: Salvador, 2009.

SHIMONO, Sumiko Oki. **Educação e Trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008.

SILVA, Alexandre Antonio Bruno; LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha. **O caminho da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: onde estamos?** In *Revista Opinião Jurídica* (ISSN n. 1806-0420), Vol.14, pp.13-43. Portal de Revistas da Unichristus: Fortaleza-CE, 2016.

SILVA, Priscila Neves; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. **The inclusion of disabled persons in the labor Market in Belo Horizonte, Brazil: scenario and perspective.** In *Ciência & Saúde Coletiva* (ISSN 1678-4561), v. 20, n. 8, ABRASCO: Rio de Janeiro, 2015.

TEIXEIRA, Marina C. A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil.** Dissertação - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2010.

Agradecimento à CAPES pelo apoio financeiro.